

**ABORDAGENS SOBRE O TERRITÓRIO E A  
TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES SERTANEJAS DO  
CERRADO DA CHAPADA DAS MESAS / MA**

**APPROACHES ON THE TERRITORY AND THE  
TERRITORIALITY OF SERTANEJAS COMMUNITIES OF THE  
CHAPADA DAS MESAS SAVANNA / MA**

**Ana Rosa Marques**

Professora Doutora  
Universidade Estadual do Maranhão  
anclaros@yahoo.com.br

**Maria Lidia Bueno Fernandes**

Professora Doutora  
Universidade de Brasília,  
mlidia@unb.br

**José Fernando Rodrigues Bezerra**

Professor Doutor  
Universidade Estadual do Maranhão  
fernandogeo@yahoo.com

**Quésia Duarte da Silva**

Professora Doutora  
Universidade Estadual do Maranhão  
quesiaduartesilva@hotmail.com

**Resumo**

Este trabalho apresenta reflexões acerca das transformações que ocorrem no sertão sul do Estado do Maranhão, município de Carolina e seu entorno. Aborda aspectos do universo cultural das populações que habitam aquele território, bem como sua relação com o meio natural. Apresenta o grupo humano tradicional - o sertanejo - que desenvolve o seu modo de vida por meio da roça para subsistência, da extração de recursos naturais do cerrado, e do trabalho com a criação de gado no sistema extensivo. Analisa a territorialidade do sertanejo impressa na paisagem por meio de sua cultura e de sua intensa convivência com o ambiente. O trabalho buscou desvelar a forma como esse grupo apropria-se do espaço e o transforma. Entretanto, este modo de vida e o meio natural são impactados na atualidade em virtude da modernização dos processos de produção relacionados ao agronegócio e da implantação do PNCM (Parque Nacional da Chapada das Mesas). Os procedimentos metodológicos seguiram uma abordagem predominantemente qualitativa. Foi constatado que o modo de vida da comunidade é tradicional e ocorre basicamente da mesma forma com que seus antecessores, também habitantes da região, viviam e percebiam o ambiente, seja na forma de construção de suas casas, no preparo dos alimentos, das suas crenças, das suas atividades de subsistência, provocando pouca alteração na paisagem natural. Espera-se contribuir com o conhecimento e a valorização dessa cultura subsidiando as políticas de ordenamento territorial que estão em desenvolvimento nesta região.

---

**Palavras – Chave:** Parque Nacional da Chapada das Mesas. Território. Territorialidade. Cultura Sertaneja. Cerrado.

### Abstract

This paper presents reflections on the transformations undergone by the hinterland south of *Maranhão* State, municipality of *Carolina* and its surroundings. It approaches aspects of the cultural universe of populations inhabiting that territory, as well as their relationship with the natural environment. It presents the traditional human group – the *sertanejo* - who develops his livelihood through small crops to make a living, from natural resource extraction of *Cerrado*, and from work with cattle in extensive systems. It analyses the territoriality of the *sertanejo* imprinted in the landscape through their culture, and interaction with the environment. It is presented the way this group takes hold and transformed the space in which they live. On the other hand, this way of life and its natural environment are affected nowadays because of the modernization of the production processes related to agricultural business and from the setup of the *PNCM* (National Park *Chapada das Mesas*). The methodological procedures related to this research is based mainly on qualitative approach. It was found that the way of life of the community is traditional and happens basically the same way that their predecessors, also inhabitants of this area, lived and perceived the environment. This is perceived in the form of construction of their houses, in food preparation, their beliefs and their livelihood activities, all of this generating few changes on the natural surroundings. This research expects to contribute to the knowledge and appreciation of this culture by subsidizing policies of territorial planning that are being developed in this area.

**Key words:** National Park *Chapada das Mesas*. Territory. Territoriality. Country-Culture. Savana.

### Introdução

Este trabalho apresenta reflexões acerca das transformações que ocorrem no sertão sul do Estado do Maranhão, mais especificamente, no município de Carolina e seu entorno. Traz aspectos do universo cultural dessa população e sua relação com o meio natural. Assim, a abordagem sobre a noção de Sertão ocorre a partir das referências culturais das comunidades sertanejas que ali residem.

O modo de vida dessa população vem sendo impactado, principalmente, em suas referências identitárias, seu fazer cotidiano, as especificidades de sua agricultura de subsistência, a forma de elaboração dos seus utensílios, as atividades de coleta dos frutos da região como o bacuri (*Platonia insignis*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e o pequi (*Cariocar brasiliensis*), a retirada da fibra (palha) das palmeiras, principalmente,

---

babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex. Spreng.), buriti (*Mauritiua flexuosa*) e piaçava (*Attalea funifera* Mart.) para usar como cobertura das casas, madeiramento com espécies nativas, a elaboração da farinha de mandioca, a extração do óleo do pequi e a preparação da carne ao sol.

Apresenta-se neste território uma territorialidade que segundo Santos; Silveira(2001, p.19) tem

[...]como sinônimo de **pertencer àquilo que nos pertence...**[grifo do autor] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.

Nesse contexto, também a paisagem da região denominada Chapada das Mesas passa por alterações rápidas, como as plantações de soja e eucalipto, o agronegócio, fruto da modernização dos processos de produção, o desmatamento de grandes áreas ininterruptas do Cerrado, uso intenso das reservas de água, além de práticas invasivas de controle de pragas com agrotóxicos altamente nocivos à biodiversidade.

Decorrente dessa contextualização, registra-se que existem muitos fatores que podem levar à transformação desse modo de vida sertanejo. Nessa pesquisa não foi possível estabelecer os de maior impacto, mas apontam-se mudanças nas formas de produzir, com expressiva redução das áreas de roçado; a criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas – PNCM, que limita o desenvolvimento de algumas atividades, com a possibilidade de haver a retirada dessas populações de seu interior; e a implantação da hidrelétrica de Estreito no rio Tocantins, que provocou inundações de áreas antes ocupadas por atividades agroextrativistas e pecuárias.

Para estudar essa realidade tão complexa, é necessário compreender a base física a partir da qual essa população se espacializa e produz o seu modo de viver, em especial os aspectos geológicos e geomorfológicos, os quais favorecem o entendimento sobre as espécies utilizadas no cotidiano dessas populações e a localização de suas atividades produtivas. Neste sentido destacam-se os aspectos geoambientais da Chapada

das Mesas e a relevância do Cerrado, fisionomia predominante da paisagem natural com grande significado para a permanência dessas referências culturais.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho de investigação científica ocorreu por meio de análise predominantemente qualitativa. Quando se trata de pesquisa qualitativa, remete-se à visão Chizzotti, o qual escreveu:

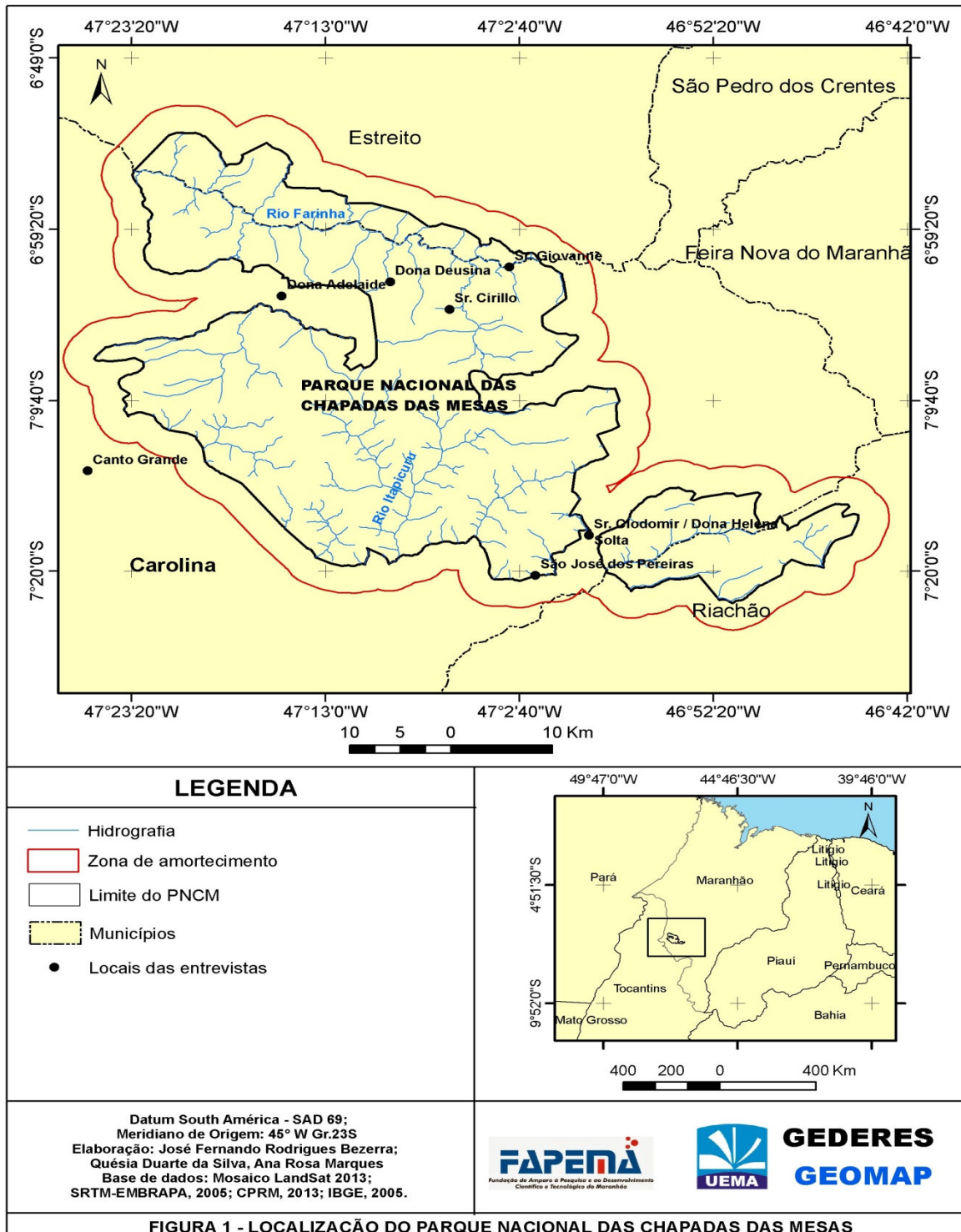
O termo qualitativo implica em uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocídio, o autor interpreta e traduz um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 1995, p. 221).

Esta pesquisa está relacionada a questões extremamente particulares das pessoas, vão além de números. Nela, a realidade não pode ser quantificada, a preocupação é social, trabalham-se os significados, as crenças, as aspirações, os valores, os comportamentos dos grupos investigados. O campo de investigação desenvolveu-se na área da Chapada das Mesas localizada no sul do Maranhão (Figura 1).

A pesquisa foi dividida nas seguintes etapas: Levantamento bibliográfico, visitas a instituições públicas e privadas, entrevistas abertas com a população tradicional<sup>1</sup> sertaneja, observações diretas em campo, coleta de dados com GPS, análise das características geoambientais da área de estudo, registro em vídeo e fotográfico, análise e discussão dos dados coletados.

As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro pré-definido, compreendendo ao todo 15 habitantes da área de abrangência do PNCM, nos povoados Canto Grande, Solta e São José dos Pereiras, no município de Carolina e três habitantes do interior da unidade de conservação.

Figura 1- Localização do Parque Nacional da Chapada das Mesas.



Fonte: Bezerra et al, 2014.

---

## **O estado da arte dos aspectos geoambientais do Parque Nacional da Chapada das Mesas**

Sobre as características geoambientais da área do PNCM e considerando que os conhecimentos relativos a estas são fundamentais para o entendimento das relações estabelecidas entre os sertanejos e a apropriação que eles fazem do espaço, apresenta-se aqui informações sobre a dinâmica da natureza e da sociedade local. Sobre os aspectos geológicos e com base nos estudos de Silva et al (2013) e Góes (1995), afirma-se que o PNCM está inserido na Província Parnaíba, também denominada de Província do Meio Norte.

Esta província abrange uma área de 600.000 km<sup>2</sup>. É limitada ao norte pelo Arco Ferrer (Arco São Vicente Ferrer–Urbano Santos–Guamá); pela Falha de Tauá a leste; pelo Lineamento Senador Pompeu a sudeste; a oeste pelo Lineamento Tocantins–Araguaia; e pelo Arco Tocantins a noroeste.

A Província Parnaíba abrange quatro bacias sedimentares, a saber: as bacias do Parnaíba, do Alpercatas, do Grajaú e do Espigão-Mestre, relacionadas aos sítios de deposição seccionados por discordâncias. O PNCM abrange as rochas relacionadas às bacias do Parnaíba e do Alpercatas. Conforme Silva et al (2003), a primeira é do tipo IF/IS - Fratura Interior/Depressão Interior) e a do Alpercatas, do tipo IF (Fratura Interior).

A Bacia do Parnaíba foi formada a partir dos riftes cambro-ordovicianos de Jaibaras, Jaguarapi, Cococi/rio Jucá, São Julião e São Raimundo Nonato, abrangendo as sequências Siluriana (Grupo Serra Grande), Devoniana (Grupo Canindé) e Carbonífero – Triássica (Grupo Balsas).

Na área de estudo, afloram as rochas relacionadas às Formações Motuca e Sambaíba do Grupo Balsas, que representam a sequência Permiano – Triássica da Bacia do Parnaíba. A Formação Motuca é caracterizada pela presença de folhelhos vermelhos com níveis de siltito, estromatólitos dômicos, que representam deposição lacustre ou lagunar. A Formação Sambaíba apresenta arenitos finos, caolínicos, com granulometria bimodal interpretados como pertencentes a ambiente eólico.

A Bacia do Alpercatas tem uma área de 70.000 km<sup>2</sup>, apresenta um sistema de riftes em direções ENE-WSW e NNE-SSW preenchidos pela sequência jurássica das Formações Pastos Bons e Corda (Grupo Mearim), limitadas respectivamente pelas

Formações Mosquito e Sardinha, de rochas ígneas. É intracratônica, assoreada com rochas sedimentares, massas de derrames, tufo e outros materiais, expostos à superfície por meio de falhas e formando pilhas; apresenta alçamento das bordas e preenchimento com materiais vulcano-sedimentares.

Aflora na Bacia do Alpercatas, apenas a Formação Mosquito. Esta compreende basaltos pretos, amigdaloidais, tholeiíticos com eventuais intercalações de arenito. Os diques associados foram datados em 198 Ma, por Ar-Ar (SILVA et al, 2003).

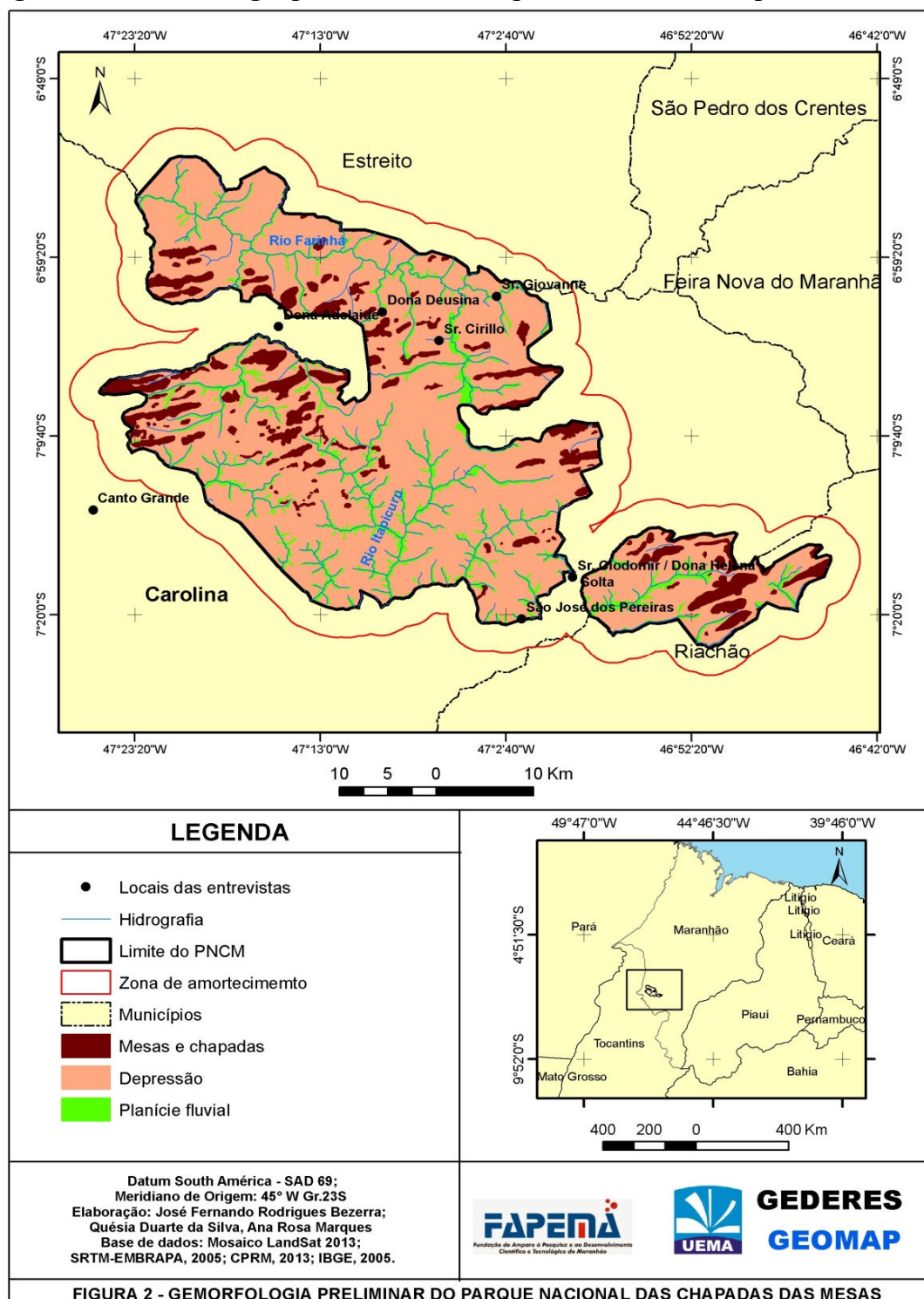
Nesta perspectiva, e em relação à litoestratigrafia, afloram na área de estudo as Formações Motuca e Sambaíba (Grupo Balsas) na Bacia do Parnaíba, e a Formação Mosquito na Bacia do Alpercatas.

A Formação Motuca aflora em pequenas áreas na porção sul do PNCM e também na porção oeste, nas áreas próximas aos fundos de vale dos afluentes do rio Lajes, do rio Itapicuru, e de vários afluentes do rio Sereno, este último localizado fora da área do parque.

Considerando a presença de sedimentos arenosos caolínicos e a partir das observações realizadas em trabalhos de campo, pode-se afirmar que a Formação Sambaíba é aquela com maior representatividade areal. Por sua vez, a Formação Mosquito aflora nos topos das morfologias denominadas mesas.

Quanto às formas de relevo, o PNCM está inserido na área do Planalto Dissecado do Médio Tocantins, na Depressão do Médio Tocantins e nas Planícies Fluviais (Figura 2).

Figura 2- Geomorfologia preliminar do Parque Nacional da Chapada das Mesas.



Fonte: Bezerra et al, 2014.



---

O Planalto Dissecado do Médio Tocantins abrange uma área de 162,90 km<sup>2</sup>. Este planalto apresenta morfologias como mesas e chapadas residuais, as quais são sustentadas pelos basaltos amigdaloidais jurássicos da Formação Mosquito da Província Alpercatas e apresentam topos planos com baixa declividade. São as feições de maior altitude do PNCM, com variação entre 160m e 640m, resultando em uma amplitude de 480m.

Segundo o IBGE (2011), tem-se nos topos dessas morfologias, a ocorrência de Neossolo Litólico Distrófico Típico. De acordo com a Embrapa (2006), este solo apresenta horizontes que estão assentados sobre a rocha, isto é, sobre contato lítico.

Conforme Moraes e Lima (2007), a cobertura vegetal é caracterizada, pela presença de Formações Savânicas<sup>2</sup> (Cerrado) e Florestais e Floresta Marginal, com predomínio do primeiro tipo na área total do parque. Nos topos das mesas e chapadas há maior ocorrência das Formações Savânicas e Florestais. A Floresta Marginal acompanha as margens dos canais fluviais. Os autores supracitados também identificaram áreas com desmatamento, queimada e pasto, os quais ocorrem nas porções central, centro-sul, centro-norte e sudeste do PNCM.

De acordo com as observações de campo e entrevistas com os moradores, a atividade agrícola é predominantemente desenvolvida nos topos planos das mesas e chapadas residuais. Isto ocorre em virtude da riqueza mineralógica dos solos, desenvolvidos a partir dos basaltos ocorrentes nestas áreas.

A Depressão do Médio Tocantins foi denominada pelo Projeto Radam (BRASIL, 1973) de Depressão Ortoclinal do Médio Tocantins. Na área de estudo corresponde aos sedimentos paleo-mesozóicos das Formações Motuca e Sambaíba da Província Parnaíba. Correspondendo a uma área de 1.309,25 km<sup>2</sup>; a depressão ocupa o espaço compreendido entre as mesas e chapadas residuais e as planícies fluviais.

Há ocorrência de Neossolo Quartzarênico Órtico (IBGE, 2011) na depressão, o qual, de acordo com a Embrapa (2006), é essencialmente quartzoso e não apresenta contato lítico dentro de 50 cm de profundidade.

Quanto à cobertura vegetal nesta morfologia e conforme Ribeiro e Walter (1998) tem-se o Cerrado e o Campo Sujo nas áreas depressivas. Quanto ao uso do solo e

---

considerando o caráter arenoso da Formação Sambaíba, a população local desenvolve a atividade pecuária.

As Planícies Fluviais abrangem uma área de aproximadamente 119,40 km<sup>2</sup> no PNCM. Predominantemente elas ocorrem nos fundos dos vales dos rios Farinha, Itapicuru, Lajes Grande, ribeirão Corrente, Cancela, Cipó, Lajes, córrego Gavião, Bacuri, Angelim, da Prata, Rejeitado e outros.

São observadas as mais baixas altitudes na planície fluvial do rio Farinha e no ribeirão Lajes. As maiores altitudes estão presentes nas chapadas residuais da porção sudeste do PNCM e nas mesas situadas na porção noroeste do parque.

Em virtude da significativa amplitude altimétrica ocorrente no PNCM e sua área de abrangência, tem-se muitas cachoeiras, como as do Prata e São Romão, que apresentam grande atrativo turístico pela beleza cênica. Este é um dos motivos principais que favoreceu a criação da unidade de conservação, oriunda dos anseios da comunidade para a proteção das cachoeiras perante a possibilidade de serem transformadas em mini-centrais hidroelétricas (MARQUES, 2012).

Quanto aos aspectos clinográficos, tem-se o predomínio das declividades de 0° a 10° nas áreas das planícies fluviais, depressão e mesas e chapadas residuais. Nas áreas de rupturas de declives, que coincidem com as escarpas as quais fazem o contato entre os topos das mesas e chapadas com a depressão, tem-se o predomínio de declividades de 10° a 48°.

Em relação à drenagem, e considerando as bacias hidrográficas mais significativas do ponto de vista areal, o PNCM está predominantemente inserido em quatro bacias hidrográficas, a saber: do rio Farinha, do ribeirão Lajes, do rio Itapicuru e vários afluentes da bacia do rio Sereno. Estas bacias compõem o corpo hídrico formador da região hidrográfica do Tocantins.

A bacia do rio Farinha abrange a maior parte da drenagem da área do parque, ocupando a porção centro-norte e noroeste deste. As bacias do ribeirão Lajes, do rio Itapicuru e vários afluentes da bacia do rio Sereno ocupam as porções centro-sudoeste e sul.

A partir da análise da drenagem do PNCM, e considerando a importância significativa dos corpos hídricos para a região, pode-se afirmar que apesar de haver, aproximadamente, 400 nascentes na área protegida, muitas outras não estão inseridas na

---

área do parque, como é o caso das nascentes do rio Farinha e também algumas cachoeiras. Isto ocorre em virtude da sobreposição de interesses dos diversos agentes sociais locais e regionais e pelo fato de que, se assim o fosse, ocuparia uma significativa área (segundo relato oral do atual gestor do PNCM). Tal situação poderá comprometer no futuro a qualidade e quantidade das águas superficiais e subterrâneas.

Sobre a relação da drenagem da área objeto de estudo e a estrutura geológica, afirma-se que muitos rios são controlados pelo Lineamento Tianguá-Carolina, com direção (NE-SW), o qual pode ter funcionado como uma falha tipo transferência<sup>3</sup> durante uma fase distensiva no Juro-Cretáceo (MARTINS et al, 1994).

À jusante do PNCM tem-se a Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito). Esta usina é gerenciada pelo Consórcio Estreito Energia – CESTE, formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, responsável pela construção e operação da Usina, localizada no rio Tocantins, na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins.

Segundo dados do Consórcio Energia Estreito – Ceste (2009), a área de abrangência do empreendimento inclui 12 municípios, a saber, Carolina e Estreito (MA), e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins (TO).

Em linha reta, a distância aproximada é de 38,5 km entre a barragem da Usina Hidrelétrica do Estreito até o ponto de intersecção entre o limite do parque e o rio Farinha.

Em virtude da proximidade, acredita-se que há uma influência dos processos hidrológicos ocorrentes na área do lago formado pela usina, mas em virtude do desnível topográfico existente e a partir das observações realizadas em trabalho de campo, acredita-se que a influência não é significativa para as drenagens do parque, entretanto, dados futuros devem ser levantados para um maior aprofundamento neste tema.

### **Contexto histórico da região do PNCM e sua área de abrangência**

No decorrer do seu processo de ocupação, o território do PNCM e sua área de abrangência tiveram as suas origens com os Timbira, grupo indígena que sofreu forte impacto cultural com a ocupação da frente agropastoril à região (CABRAL, 1992). Recentemente, desde a década de 1980, houve uma nova forma de exploração

econômica: o agronegócio, coexistindo neste território as diversas territorialidades produzidas pelos seus habitantes.

Em 2005, como uma forma de conservação do bioma Cerrado, tem-se a criação do PNCM, o qual possui como determinante a imposição de novas formas de convivência com o ambiente, anteriormente “livre” para o uso comunitário dos povos do Cerrado<sup>4</sup>. Essa configuração é mais um exemplo de como os territórios tem sido afetados pelo modo de produção capitalista, que traz embutida em suas características a remodelagem da paisagem e as mudanças do modo de vida das populações.

A criação do PNCM como uma unidade de conservação da categoria de proteção integral trouxe novos usos para o território, com diversas restrições à abertura de novas áreas de roça bem como à criação de animais na área.

O Parque Nacional está na rota atual de expansão da fronteira agrícola no Brasil, sul do Estado do Maranhão, em área de predominância do bioma Cerrado, em transição para a Amazônia.

A região em questão tem forte influência da pecuária extensiva como atividade produtiva. Isso se deve aos denominados “pastos bons” (CARVALHO, 2006) encontrados na região, com gramíneas naturais, as quais compõem as diversas fisionomias vegetais do Cerrado brasileiro.

Segundo Marques (2012), a criação do parque não levou em conta a territorialidade das populações tradicionais que habitam e habitavam desde tempos remotos essa área, as quais vivem em profunda relação com o lugar, com seus saberes e fazeres locais que configuram esse “sertão fugidio”.

Essa unidade de conservação, devido às restrições impostas em sua categoria de manejo, que impõe o uso indireto dos recursos naturais (BRASIL, 2004), representa uma contradição com relação à presença humana no interior do parque.

A discussão que atualmente ganha fôlego na região diz respeito ao embate entre preservacionistas e socioambientalistas. Para os primeiros, a situação dos remanescentes florestais, em especial do Cerrado, é extremamente crítica e vem sendo agravada pela pressão dos grandes empreendimentos, entre eles destaca-se a agricultura comercial de soja e eucalipto.

---

Porto-Gonçalves (2008, p. 131) escreve que “o que vem ocorrendo nos Cerrados é um exemplo radical desse processo, pois nele as monoculturas tomam enormes dimensões.” E as populações sertanejas possuem uma relação de convivência e saber sobre esse bioma que necessitaria ser considerado pelas políticas públicas em andamento nesta região.

Essa reflexão corrobora com as teses defendidas pelos socioambientalistas que atuam no local; esses questionam um modelo de preservação implantado a partir da criação do Parque Nacional, que preconiza a saída das populações tradicionais de suas terras e enxerga o ser humano como essencialmente predador.

Nesse sentido, eles defendem a permanência desses grupos na terra, em especial nas áreas protegidas, pois atribuem a eles a conservação da área que a tornara apta a se converter em unidade de conservação - UC. Para os socioambientalistas, as populações tradicionais manejaram o ambiente de forma branda, e sua permanência nessas terras tem assegurado a manutenção da biodiversidade.

No bojo dessa discussão, cumpre-nos retomar alguns aspectos históricos da colonização da região, de modo a entender a presença dessas populações nas áreas hoje destinada ao Parque Nacional.

O povo indígena Timbira foi expulso para longas distâncias devido à expansão da pecuária vinda pela frente agropastoril, que consolidou uma nova forma de uso para os pastos nativos do Cerrado. Eles foram desterritorializados para dar lugar a esse novo grupo humano, agregados dos donos do rebanho, os sertanejos que

[...] constituíram suas territorialidades ocupando as veredas, as várzeas, enfim, as áreas ribeirinhas manejando o balanço das águas, uma flora e fauna extremamente ricas e, sobretudo as encostas e chapadas, praticaram a caça e a coleta conformando sistemas agroextrativistas criativamente adaptados às variações das paisagens (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 69-70).

Percebe-se com a citação acima que os sertanejos ocuparam a região há mais de um século, entretanto, atualmente sofrem pressão fundiária e perda de suas áreas de extrativismo pela expansão do agronegócio e em decorrência do modelo de exploração e apropriação dos recursos naturais que tem sido a tônica do desenvolvimento brasileiro.

---

Esse grupo humano desenvolve o seu modo de vida por meio da roça para subsistência, da extração de recursos naturais do Cerrado, e do trabalho com a criação de gado no sistema extensivo.

O gado fica solto por largas extensões de terra, causando, em determinados lugares, a supressão da vegetação devido ao intenso pisoteio. No interior da UC é frequente a presença de bovinos soltos, que são mantidos com o sistema de queima dos capins nativos, que provoca a rebrota. A cada ciclo de dois anos, este fato se repete, mesmo com a instituição do PNCM - um costume centenário, herança da forma colonial de produção.

Aliada a essa forma de trabalho, existem as grandes fazendas que, atualmente começam a se modernizar, inclusive com o uso do trator para o preparo do solo, em substituição ao uso das queimadas para a limpeza dos terrenos. Esses casos ainda não são a maioria; o que se observa é uma permanência da estrutura fundiária colonial, com a existência das populações sertanejas que vivem em pequenas propriedades e também “cuidam” de propriedades de outros fazendeiros considerados grandes proprietários.

Tais condições compõe a territorialidade do sertanejo do Cerrado que é impressa na paisagem por meio de sua cultura, sendo a sua convivência com o ambiente muito intensa, apropriando-se do mesmo e transformando o espaço em que vive, com pouca alteração na paisagem.

A forma como transformam os recursos disponíveis em meios de sobrevivência, que são transmitidos oralmente de geração para geração, é muito singular, identifica-os com o seu território, explicita a sua territorialidade; dá sentido ao seu viver e ao seu lugar.

Neste sentido, os sertanejos

[...] em função da necessidade e de uma relação menos mercantil com os cerrados (sistemas baseados na subsistência), conseguiram manter e talvez ampliar os conhecimentos indígenas de uso de plantas e animais do cerrado, conservando e, ao mesmo tempo, recriando as práticas extrativistas oriundas dos povos indígenas (CARVALHO, 2006, p 110).

Ribeiro (1995) classifica as variantes desse modelo de povoamento rural de “cultura sertaneja” que foi difundida pelo sertão nordestino até o Cerrado do Brasil central pela criação de gado. Seguindo essa afirmação, essa frente pastoril, trouxe

---

consigo uma forma de ocupação do espaço por esse grupo cultural que usa os recursos naturais para a sua reprodução de vida.

Sob o ponto de vista da cultura imaterial, esta é transmitida e se concretiza por meio da produção artesanal, como na construção de moradias e utensílios, e na forma de resistência coletiva em meio a grandes dificuldades para a manutenção da vida, com uma maneira simples de viver, valorizando os pactos comunitários e forte religiosidade.

A forma como transformam os recursos disponíveis em meios de sobrevivência, que são transmitidos oralmente de geração para geração, é muito singular, identifica-os com o seu território, explicita a sua territorialidade; dá sentido ao seu viver e ao seu lugar.

Silveira e Lima Filho (2005, p. 39) comentam que “[...] o objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida.”

As populações do PNCM e área de abrangência são capazes de falar acerca do caráter simbólico do sertão e, como intérpretes de seu mundo, são capazes de relatar sobre a construção desses espaços, na perspectiva do “casamento da sociedade com a paisagem” (SANTOS, 1988, p. 111).

Essa paisagem é resultado da forma como essas populações foram se apropriando desses espaços, informados por uma tradição cultural em diálogo com aquela formação paisagística, da história que foi sendo construída, produzindo, assim, novos posicionamentos dessas comunidades face às transformações inerentes ao processo social e histórico.

O geógrafo Milton Santos (1988) refere-se ao espaço geográfico como realidade relacional, considerando que os seres humanos organizam-se em sociedade e produzem sua subsistência e o seu espaço geográfico, conforme sua cultura e a organização dessa sociedade.

Importante considerar que esse espaço constitui-se a partir da relação entre a base física e humana e o processo de produção dele implica em conflitos e relações de poder; para o autor a técnica também desempenha um grande papel nessa produção.

A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se em objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o

---

meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como, as relações das classes sociais entre si e as relações entre nações (SANTOS, 2004, p. 16).

Assim, analisar os processos constitutivos desse espaço, das técnicas desenvolvidas pela população e as transformações que ele passa, implica também analisar o processo de globalização, devido ao seu impacto sobre a economia e culturas locais.

Importante salientar que as áreas que têm sido eleitas como passíveis de se tornarem unidades de conservação no Brasil, constituem-se em sua maioria, aquelas em que a presença de populações tradicionais foi marcante; essas têm oferecido sistematicamente, resistência à penetração de frentes pioneiras, madeireiras, mineradoras e outras atividades predatórias, protegendo assim, por muitos anos, a biodiversidade dessas áreas.

Considerando o aporte teórico de Santos (1988 e 2004), Moraes (2002 e 2011), Porto-Gonçalves (2008), apresenta-se aqui excertos das entrevistas realizadas para balizar as reflexões acerca do conceito de território, paisagem, sertão, técnica, conservação ambiental e cultura.

O território em questão insere-se no contexto atual da globalização como fronteira passível de ser apropriada, ou seja, um espaço que busca incorporar “novos espaços a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento” (MORAES, 2002, p. 20).

Segundo este autor, esse território pode ser interpretado na ótica de uma cultura própria que no Brasil tem sido denominada de sertaneja. Neste conceito há preponderância do aspecto cultural, relativo à relação que determinados grupos humanos estabelecem com o meio natural em uma dada localidade.

Assim, caracteriza “o sertão como lugar onde predomina o ritmo dado pela dinâmica da natureza, onde o elemento humano é submetido às forças do mundo natural” (MORAES, 2011, p. 99). Ressalta-se que pode haver alguns elementos naturais que confere unidade a essa formulação.

Porto-Gonçalves defende que

[...] a sustentabilidade das riquíssimas experiências dos Povos que habitam os Cerrados brasileiros depende do modo como a sociedade brasileira avalia,



---

politicamente, as diferentes opções de uso que se encontram e se confrontam nessa ampla região (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 43).

Como a sociedade está imersa em um sistema de produção capitalista há uma tendência de valorar procedimentos mais conhecidos e que representam um modelo de uso, como é o caso do agronegócio, que “vende” a imagem de grande modernização do campo e progresso para a região na qual se instala, modificando, assim, toda a estrutura ambiental e social dos espaços que se voltam para essa nova forma de ocupação.

O valor atribuído a esse pretenso “des-envolvimento” demanda uma nova forma de relações que deixa de lado ou até mesmo inviabiliza os que não estão qualificados para exercer as novas funções que essa pressuposta modernidade exige. Dessa forma, impõe-se sobre a cultura original desses povos e os transforma em seres secundários em uma economia voltada para a produção em larga escala, transformando o Cerrado em área monocultora para produção em larga escala.

Com a modernidade e as novas formas de ocupação do espaço, as populações sertanejas tendem a perder os conhecimentos ancestrais que são próprios delas, principalmente junto às pessoas mais jovens das comunidades.

Nessas sociedades tradicionais existe uma ligação mais intensa com os espaços de vida, com a dimensão imanada da apropriação simbólico-religiosa no qual o sagrado está presente por meio dos mortos (HAESBAERT, 2004, p.111). Segundo essa concepção nós pertencemos a um território, não o possuímos, moramos nele. Perder um território pode significar o desaparecimento de determinadas culturas que o habitavam. Neste sentido compreender as dimensões sócio-culturais e ambientais dos Sertanejos dessa área em estudo é de fundamental importância para a sua valorização como cultura em processo de desaparecimento.

Conscientes da importância dessas populações tivemos como objetivo geral ampliar os conhecimentos sobre o modo de vida das comunidades sertanejas do Cerrado sul maranhense, com destaque para as dimensões socioculturais e ambientais que existem na área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas, assim, parte desta pesquisa concentrou-se na coleta de depoimentos na perspectiva de documentação

de informações sobre esse modo de vida singular, de forma a salvuardá-lo do esquecimento, apresentados a seguir.

### **As dimensões sócio-culturais e ambientais dos Sertanejos do Cerrado do PNCM e sua área de abrangência**

Neste momento apresentam-se excertos de alguns depoimentos<sup>5</sup> recolhidos junto aos sertanejos do Parque e sua área de abrangência, que se referem à percepção que ele tem sobre as dimensões socioculturais e ambientais do Cerrado.

Dona Adelaide vive há 50 anos em uma localidade que hoje está na zona de amortecimento<sup>6</sup> do Parque Nacional. Sua casa tem estrutura de madeira, paredes de taipa e telhado de fibra de Babaçu.

A moradora relata sua experiência na labuta cotidiana, comenta sobre o plantio de feijão e abóbora, que é a atividade que ainda desenvolve, alega que seu filho não se interessa pelas atividades da roça, que eles não mais plantam arroz, mas menciona o conhecimento de ambos acerca dos processos, seja de construção da casa e do telhado, que precisa periodicamente de manutenção, seja no processo de elaboração dos cercados, jiraus, secagem da carne, e processamento dos alimentos (normalmente utilizando-se de um pilão e peneira).

Dona Maria Helena, moradora no povoado Solta, que está situado na zona de amortecimento do parque, relata que mora em sua residência desde o seu casamento com o Sr. Miguel, há 49 anos; antes do casamento, morava com a sua família na mesma localidade (Foto 1).

Relata que sabe fazer diversas artes, inclusive aquelas mais específicas do universo masculino, como o trabalho na agricultura e construção de casas de taipa, pois acompanhava seu pai, irmão e marido nesses afazeres.

Atualmente, mora em casa de alvenaria, mas afirma, de forma saudosa, que a casa feita com palha de Piaçava e com alicerces de madeira meirim (*Humiria balsamifera*) eram mais confortáveis, frescas e humildes em relação à casa de alvenaria.

A substituição das casas de palha por casas de alvenaria vem ocorrendo de forma intensa nessa comunidade; alguns entrevistados atribuem essa substituição pela escassez do recurso utilizado, neste caso a palha da piaçava. Há o relato da dificuldade de

obtenção e transporte da palha, tendo em vista a crescente substituição da vegetação natural por pasto, diminuindo a existência da espécie e aumentando a distância de coleta.

**Foto 1: Dona Maria Helena durante a entrevista em sua casa de alvenaria. A casa de palha é só recordação**



Fonte: Marques, 2012.

Quanto ao conhecimento sobre construção e divisão de tarefas, a atividade de construção de casas necessitava do acesso à palha que era carregada na cabeça - uma atividade realizada predominantemente pelas mulheres. O posicionamento da palha em cima da casa era uma tarefa realizada pelos homens, em especial pelo dono da casa.

Impressionante a descrição que Dona Maria Helena faz sobre as características do solo da localidade; divide a região em Barraria e Chapada, na Barraria o solo é melhor, argiloso, segundo sua descrição. Na área que ela denomina de Chapada o terreno é mais arenoso.

Neste sentido, surgiu uma diferenciação muito peculiar entre o que os sertanejos denominam Barraria e Chapada, por intermédio da fala da sertaneja supracitada: “Tem o anajá, tem a piaçaba, tem aroeira, tem só as madeira de lei, aí é barro não é chapada, não é essa areia que tem pra cá, pra cá é barro”.

Percebe-se que para os moradores locais, o termo chapada é utilizado para descrever as áreas planas e com presença dos sedimentos arenosos da Formação

---

Sambaíba, o que neste trabalho é caracterizado como a Depressão do Médio Tocantins, onde se tem pastagem nativa com gramíneas, a criação de gado extensivo e o cultivo de mandioca para a produção de farinha. Por sua vez, o que a população denomina de Barraria é aqui denominada de mesas e chapadas, onde se encontra a aroeira e se cultivam banana, arroz, milho e fava.

A madeira de lei é, ou como ela mesma diz, era encontrada nas matas da Barraria, as madeiras de pior qualidade são encontradas nos terrenos da Chapada. Citou uma madeira: meirim, que é usada para a construção da base das moradias tradicionais.

Quando perguntada sobre a diferença entre a Barraria e a Chapada, responde: “A diferença que a barraria o terreno é melhor pra roça, pro milho, pro arroz, pra fava [...] agora a chapada é a mandioca, o feijão. É a diferença que tem”. Ainda sobre a diferença entre eles: “A parte da chapada pra barraria tem diferença também nas criações dos [...] que a gente cria né, por acaso se tiver uma vaquinha, ou duas que ninguém é rico, na parte da barraria os pastos são melhor e mesmo pra criar solto é melhor, quem não tem é [...] um pasto nativo da terra, melhor de que esse da chapada, esse da chapada só quando queima que ele tá *molim*, esse capim agreste, quando ele tá duro os bicho não come, não gosta não”.

Sobre o Carrasco ela descreve: “Carrasco eu conheço, o carrasco é um lugar que assim, mais pedra aí não dá aquela madeira grande, é só assim uns *pauzim* tudo pequeno, tipo morrote que chama, é o carrasco que tem, nessa parte nossa aqui.. não tem, mas eu conheço o que é o carrasco”.

Em relação ao aproveitamento dos frutos do Cerrado: “Do cerrado aqui a gente aproveita o bacuri, a cagaita<sup>7</sup>, a jussara que é do brejo, do lado da chapada, a bacaba, buritirana<sup>8</sup>, mas é da parte da chapada”.

Durante a pesquisa, o bairro Solta foi incorporado no Programa Luz para Todos<sup>9</sup>, e segundo o relato da Dona Maria Helena, tudo era muito difícil antes da energia; afirma que hoje come o bacuri batido no liquidificador e com leite condensado, mas quando não tinha eletricidade, passavam na peneira do talo do buriti.

Sobre o preparo do buriti descreve: “Naquela época nós misturava só leite do gado, era só o leite do gado mesmo, antes não tinha esse negócio da gente fazer compra na cidade, quando eu fui criada não, meu pai ia pra cidade com aquelas cargas no

animal pra vender o arroz, o feijão, a fava, a farinha e lá ele comprava era o tecido pra fazer uma roupinha pros filhos, um chinelo era essas coisas assim e o café ainda comprava era aquele café em grão, cruzinho e aí a gente torrava o café na panela, colocava um docezim, era rapadura naquele tempo; meu pai comprava era de cento nos engenho de rapadura aí fazia aquele café, pisava<sup>10</sup> no pilão; não tinha moinho, pisava no pilão pra tirar o pó e fazia o café”.

Sobre o bacuri o relato é o seguinte: “Do bacuri usa a madeira pra casa, pra curral, tira a tábuia pra cercar a casa assim de tábuia e depósito o povo tira, mas não é muito não, mas aqui o povo não usa derrubar ele verde não, de muito tempo já sabem preservar o bacuri por casa da fruta, tira quando o pé tá seco que morre, mas verde mesmo, não tem um que derrube o pé de bacuri verde não, agora tá dando pra morrer os pé, não sei porque”.

Quando ela relata sobre o bacuri, percebe-se que há um entendimento sobre a importância dos frutos do Cerrado para a vida e saúde da comunidade; mostra a sua preocupação com o que está ocorrendo com a espécie, relacionado à morte de plantas ainda verdes que morrem sem motivo algum, fato este a ser investigado posteriormente.

Ainda sobre o bacuri, destaca-se aqui a sua importância para a construção de moradias e artefatos de madeira, além do seu alto valor comercial na geração de renda para a população extrativista desta região. Na foto 2 observa-se uma construção em madeira coberta com telhado de cavaco de bacuri.

**Foto 2: Moradia Tradicional de madeira. Localizada no caminho para cachoeira do Prata; coberta com telha de cavaco de madeira da espécie arbórea do cerrado desta região: o Bacuri, que também produz um fruto de alto valor comercial e tem uma importância para as sociedades tradicionais extrativistas desta região, que faz a coleta e revende principalmente para a indústria de polpa de frutas do cerrado, Fruta São, Carolina, MA**



Fonte: MARQUES, 2010.

Com a chegada da energia e com a organização da Associação Bezerra de Moraes no bairro Solta foi possível melhorar a forma de trabalhar com os frutos do Cerrado, com a coleta e congelamento da polpa, que depois é vendida para a Indústria Cooperativa Fruta-Sã, Empresa Social Cooperativa que envolve a *Wyty-Catë* (Associação Indígena Timbira), o CTI (Centro de Trabalho Indigenista) e uma parte de capital estrangeiro, que processa e comercializa polpas de frutas do Cerrado na região, com a instalação de beneficiamento e comercialização no município de Carolina.

O Sr. Clodomir, apelidado de Gludu, também morador do bairro Solta, está aposentado atualmente e não trabalha mais na roça por problemas de saúde. Ele reside em uma moradia tradicional da localidade e nos relata sobre seus conhecimentos sobre os recursos naturais locais e sobre as madeiras utilizadas para a construção das casas de palha: para a estrutura da parede utiliza-se a taboca, as forquilhas são de aroeira,

---

madeira mais resistente, a armação do telhado é de meirim e a cobertura é de palha como a fibra da piaçava, do buriti e do babaçu. Ele menciona, ainda, as madeiras camaçari e pindaíba. Relata que o conhecimento está se perdendo: “É que o povo do sertão, todos eles sabem fazer a casa de palha, coberta em cima e em baixo” e afirma “Agora esses picotinhos novo não”, ou seja, os jovens já não detém o conhecimento de como fazer a casa. Faz a distinção entre as madeiras do Brejo e Terra Firme, consideradas mais resistentes e com uso específico na estrutura das casas.

No interior do Parque temos a localidade de Riacho Fundo em um local conhecido como Gleba Serra Alta, ali entrevistamos Dona Deusina, casada com Sr. Moisés, que além de agricultor é também um poeta autodidata, e mãe de 13 filhos nos fala do modo de vida específico, dos modos de fazer a casa, preparar alimentos, da escolha do terreno onde plantar e sobre a casa de farinha. Também nos relata sobre as mudanças por que tem passado a localidade.

Em primeiro lugar, relata-nos sobre as mudanças ambientais que estão ocorrendo, pois o Riacho Fundo, que deu o nome à localidade, passa por um processo de intenso assoreamento, a qualidade das águas está comprometida, restando um pequeno olho d’água para abastecer a família com água de qualidade. Segundo ela, o riacho tem recebido areia da área da cabeceira, tendo em vista a construção de um açude. Por outro lado ela nos relata que trabalham na roça, que fica na parte alta da serra, área conhecida como Serrinha, a roça fica distante uns 15 minutos de caminhada, e lá eles plantam feijão de arranca daquele do Sul, é milho e fava. Também têm roça em outra área, Grota Funda, lá eles plantam mandioca, arroz. Devido à distância das áreas da roça para a casa, eles utilizam o caçua para transportar, a carga, está é uma cesta de fibra que é colocada na cangalha sobre um jumento ou cavalo.

A família possui casa de farinha, que é produzida para o próprio consumo, relata sobre a dificuldade em continuar a produzir farinha, tendo em vista que está mais velha e cansada. Outro conhecimento que domina é o de salgar a carne, em localidade sem luz ou água encanada, há todo um cuidado com a conservação da carne.

Sua morada foi construída pela família, com a terra da localidade e com as espécies encontradas nas proximidades, possui cobertura de palha de buriti (Foto 3).

Ali se encontra também um pilão feito de aroeira, que segundo ela é a única madeira que presta, pois é mais pesada. Ele é utilizado para pilar o arroz, puba ou coco de babaçu, foi feito pelo Sr. Moisés, a base de lama e fogo.

**Foto 3 – Dona Deusina ao lado de sua morada tradicional construída com recursos naturais retirados de sua propriedade no interior do PNCM**



Fonte: SERRA, 2013.

O Sr. Cirilo Moura, que reside em área no interior do parque, ajuda a desvelar a paisagem, bem como nos dá pistas de entendimento desse sertão, ele, autodidata, desenvolve atividades muito específicas, a atividades da roça, com cultivo de feijão, mandioca, gergelim, entre outros. Há, ainda, a casa da farinha que ele construiu além das muitas outras, inclusive a sua casa de morada de taipa com cobertura de piaçava. Ele possui conhecimentos sobre o trabalho com madeira, couro, e palha. Dedicar-se, juntamente com a filha e o neto à criação de animais, gado, galinha, porco, enfim, um estilo de vida muito próprio em uma situação que poderia ser caracterizada como de isolamento não fossem os relatos sobre sua participação na vida da comunidade em festas e rezas.

Esse modo de vida tradicional que foi identificado no interior do parque, também é encontrado em outras localidades próximas, como no bairro Canto Grande, que pode ser descrito por meio do relato de Dona Rosemar que é professora do ensino fundamental e vive neste bairro, próximo ao rio Urupuxete. Sobre o impacto da



---

modernização diz: “hoje, pontes substituem os pauzinhos utilizados para passar em cima dos rios”. Afirma também que houve alterações no tipo de atividades, mas que o plantio de feijão – corujinha e manteiguinha e da mandioca, bem como a coleta de frutos como o bacuri, da bacaba, permanecem.

Quanto aos alimentos, menciona a produção da farinha de mandioca, do azeite de pequi e a elaboração da paçoca de carne-de-sol. No povoado, ocorre ainda a produção de sabão, a partir do fruto do pequi. Segundo Dona Rosemar, há no bairro oito casas de farinha que produzem dez quartas do produto na época da colheita da mandioca, no sistema de mutirão. Ela e seus familiares já moram em casas de alvenaria e tem acesso à eletricidade e a aparelhos diversos, como por exemplo, a televisão.

Assim, percebe-se que o conhecimento dessas populações sertanejas sobre seu ambiente é imenso e de grande valor tanto do ponto de vista do manejo florestal e da fauna, quanto do equilíbrio hídrico e uso sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado. Sobre este assunto, Porto-Gonçalves afirma:

Os Povos do Cerrado são portadores de um enorme acervo de conhecimentos fundamentais para quaisquer políticas que se queira fundada numa sustentabilidade ambiental e não simplesmente numa sustentabilidade ecológica. Afinal, a sustentabilidade ambiental pressupõe não só a dimensão ecológica, mas todo o horizonte de valores onde a participação protagônica e democrática dos povos dos cerrados, com a autoridade que seus conhecimentos lhes emprestam, sejam o suporte para a justiça social, para a vida e para a paz (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 43).

Como já discutido por Marques (2012), o cotidiano do modo de vida dessa população não pode ser congelado, pois os processos de transformação da sociedade são constantes, porém é possível, por meio de ações coletivas e voltadas para a educação patrimonial e ambiental, alcançar êxitos nesta área de conhecimento e ampliar as discussões relacionadas à valorização da paisagem cultural como um dos pilares para a sustentabilidade socioambiental do território como um todo.

A conservação desse patrimônio natural e cultural é importante também como uma nova forma de valor a tudo que se refere a esse lugar, ou seja, uma identificação com o simbólico que representa o PNCM e a sua área de abrangência e todo o potencial natural e cultural que está no seu território.

Os principais conflitos decorrentes da implantação do parque foram relatados por intermédio da fala do Sr. Giovane que mora na propriedade da família, situada próxima à Cachoeira de São Romão, à beira do rio Farinha na Fazenda São Jorge, nome este atribuído pelo seu pai, que também se chama Jorge. Essa é a quarta geração da família Espíndola na localidade. Seus ancestrais estão todos enterrados na propriedade, em um cemitério da família.

Considera-se que esta entrevista representa um momento importante para reflexão acerca da criação do parque e os conflitos com o modo de vida da população residente na área interna da unidade. O entrevistado participa da resistência contra a unidade de conservação desde a sua criação em 2005; demonstra um ótimo conhecimento da legislação ambiental e nos procedimentos de articulação política.

É uma das lideranças da resistência dos moradores tradicionais contra a implantação do PNCM, e apoiou o Projeto que propunha a alteração da categoria do Parque Nacional para RESEX – Reserva Extrativista, o que não aconteceu, pois não passou na Câmara de Deputados e foi arquivado.

Sobre a presença dos Sertanejos na área do PNCM, o Sr. Giovane afirma: “o pessoal do parque aí *querem* tirar a gente, né? A gente não quer sair, a gente inclusive, [...] tem uma associação formada aí e a gente *tá* brigando [...] a gente é a favor da preservação, a gente não é favor de tirar ninguém”.

Neste momento, está envolvido com um movimento de mobilização das pessoas moradoras do PNCM para fazer um abaixo assinado sobre a desafetação da área do PNCM que engloba a Cachoeira de São Romão e proximidades, e a transferência do parque para outra área menos povoada no município de Riachão, sendo que uma das alegações para essa alteração é que o município de Carolina teve uma maior parte de sua área inserida no parque.

Relata sobre sua participação no envolvimento político por meio da Associação dos Atingidos pelo parque: “Tive em Brasília, tive em audiência lá com o ministro de Meio Ambiente, ministro do Desenvolvimento Agrário, ministro de Direitos Humanos, é porque eu faço parte da associação aqui do parque né? Aí a gente formou uma comissão junto com o deputado pra discutir essa situação nossa, né? Porque aqui são

---

famílias tradicionais, famílias que vem da família Espíndola. A maioria das famílias que compõem o Parque Nacional da Chapada das Mesas são *tudo é*, praticamente, uma família só.[...] inclusive já falei pra vocês anterior que meu pai, a minha avó, meus tataravós, *tudo* são daqui tem cemitério que comprova isso onde *tão* enterrado o meu avô morreu com 115 anos, aliás minha bisavó morreu com 115 anos, a minha avó morreu com 97 anos e assim por diante”.

Sobre a ancestralidade desta família e de outros moradores no interior da área do PNCM, sendo aquela resultante de uma colonização antiga do Estado, Andrade e Souza Filho afirmam:

Essas áreas de colonização mais antigas do Estado apresentam, com variações locais, um mesmo modelo básico de unidade econômica, onde o latifúndio sobrevive da exploração do trabalho camponês, em nível da produção agrícola, da pecuária, da coleta de babaçu e da comercialização desses produtos, através de um pequeno entreposto que também abastece a população camponesa de produtos urbanos (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2008, p. 60).

A estrutura fundiária da unidade de conservação em questão é fruto da fixação desses camponeses em áreas denominadas “da nação” categorizada por Andrade e Souza Filho (2008, p. 61) como “[...] as faixas de terra entre uma e outra fazenda de gado, cuja propriedade não era reivindicada por nenhum fazendeiro”. Nela permaneceram cultivando a terra sem pagar aluguel, em alguns casos até o momento presente, como agregados.

Marques destaca a forma como as populações que moram e trabalham na área vivem atualmente:

Esse grupo humano desenvolve a sua maior ligação com o mundo por meio da roça para subsistência, da extração de recursos naturais do Cerrado, e do trabalho com a criação de gado no sistema extensivo. O gado fica solto por largas extensões de terra, causando, em determinados lugares, a supressão da vegetação devido ao intenso pisoteio. No interior da UC, é frequente a presença de bovinos soltos, que são mantidos com o sistema de queima dos capins nativos, que provoca a rebrota. A cada ciclo de dois anos, este fato se repete, mesmo com a instituição do PNCM. Um costume centenário, herança da forma colonial de produção (Marques, 2012, p. 87).

---

Sobre a pecuária no interior do parque o Sr. Giovane relata: “Mais de 500 cabeças de gado, duas fazendas só que tem mais de 500 cabeças de gado. Mas a maioria tem 50 gado, 80 gado, varia *tipo assim* só vaca *pra* leite *pra* subsistência [...] ou grande escala há não [...] tem pecuarista tem tudo. Então é tudo assim e vem de geração *em* geração uma situação desse jeito assim e aí essa gente *tá* aqui até hoje [...].

Ele expõe a sua insatisfação com o processo de implantação do parque quando comenta sobre a chegada do Programa Luz para Todos; afirma que os moradores não podem abrir novas áreas para o plantio e nem aumentar a sua infraestrutura na propriedade, pois não conseguem autorização para essas ampliações, e tem recebido sanções e multas devido a essas ações.

Assim, relata que “[...] o que acontece, o que a gente mais discute, nós que somos *morador* aqui, *paga* o imposto da terra, nós não *pode* fazer uma casa, CEMAR vem devasta o mundo como ela entrou aqui... projeto Luz para Todos claro que pra beneficiar *nós*, tudo então e aí nós *num* pode fazer uma casinha assim, tirar um pau, não pode fazer uma casa que vai *pegar* uma multa, sendo que o governo entra, CEMAR entra aí devasta pé de buriti, derrubou centenas de pés de pequi aí, que aqui pegando da nossa terra aqui até a cancela até lá fora foi é a quantidade absurda, a coisa sem necessidade de derrubar, não precisava derrubar, não precisava, então eu acho essa fiscalização muito difícil; eu acho que tinha que ter um agente do IBAMA acompanhando isso lá na hora do desmatamento não tinha ninguém, não apareceu ninguém. Ficava tudo lá no escritório, *tudinho*, aí nós *vamo* fazer uma casinha não *tiremo* um pau aí *vamo* ser multado. Aí vem a CEMAR derrubou tudo aí, aí é coisa que revolta todo mundo *né?* Aí o outro bota a rocinha aqui com trator, nem queimar não queimou.... rocinha pequena pra plantar arroz pra comer eles pegaram o carro já andaram por dentro já falando um monte de besteira aí é difícil”.

No momento da entrevista e ainda com o Sr. Giovane, percebe-se o descontentamento às restrições impostas pela nova forma de uso do seu território: “[...] a gente não *tá* discutindo isso, mas desde que deixe o nosso terreno [...], nossa terra [...], a nossa terra fique fora porque agente não explora, não *tá* devastando nada. *É tão tal* que essa família nossa[...] nós *tamo* aqui esse *tanto de ano* e essas terras continuam

---

*preservada* aqui, você vê aí, não tem nada destruído aí, se fosse aqui não tem soja não tem eucalipto não tem nada [...]”. E acrescenta: “[...] nós queremos continuar aqui, *vamo* brigar, nós *tamo* brigando pra isso, e *vamo* brigá né?”

É necessário discutir sobre a forma que é planejada a criação dessa categoria de UCs de uso indireto (BRASIL, 2004), que interfere, diretamente, no modo de vida das populações consideradas tradicionais, o caso dos sertanejos, sendo observado entre os moradores do PNCM que foram entrevistados, que alguns se autodenominam como tal.

O artigo 3º do Decreto Federal 6040, de 07/02/2007 (BRASIL, 2007), denomina os povos e comunidades tradicionais como “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”.

Com base neste decreto, a equipe gestora do PNCM está elaborando o Termo de Compromisso com esses moradores, porém, o descontentamento ainda é muito grande, pois estes ficarão privados de muitas atividades antes desenvolvidas, uma questão ainda a ser muito discutida e acompanhada em trabalhos posteriores.

A família de Giovane tem como principal atividade econômica o turismo desenvolvido na Cachoeira de São Romão. Sobre isso relata: “É a gente *tá* recebendo aí tem muitos anos aí que tem é, muitos anos que a gente recebe turistas aí a gente vai, a gente *tá* vivendo praticamente do turismo, a família nossa aqui *tá* vivendo do turismo mesmo né? Aí *tamo* indo né?”

Considera-se este caso a ser melhor estudado, pois o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - não prevê essa atividade como tradicional, e perante essa questão, a família convive com a real possibilidade de desapropriação devido ao fato do trabalho familiar ser com o turismo; sua casa e a maioria das construções são de alvenaria, deixando de lado práticas tradicionais de construção; entretanto, existem ainda casas de taipa, cobertas por buriti, destinadas como chalés aos turistas, que chegam ao local com carros traçados e almoçam ali.

Neste contexto, com o avanço modernizador mais rápido, é necessário um aprofundamento da discussão sobre os modos de vida tradicionais, sobre as diferentes dimensões do conceito de território e sobre a presença humana em Unidades de Conservação, ou melhor, o modelo destas que se tem implementado e a polissemia que isso gera.

Entende-se que são muitas as forças que impõe as transformações rápidas nessa região de estudo, e é necessário que se envidem esforços para a manutenção de todo esse patrimônio sociocultural e ambiental representado por esses Povos do Cerrado.

O que existia anteriormente a esses movimentos, o primeiro, do agronegócio e o segundo, do ambientalismo, segundo modelos universais de conservação, era um espaço completamente distinto dessa configuração que ora se impõe a esses grupos populacionais como alternativa a seus modos de vida tradicionais.

Pode-se dizer que existem duas frentes atuando em um mesmo território, ambas dissonantes: uma para a conservação e outra para a capitalização do uso do solo incluindo a área no espaço do agronegócio internacional.

Ainda assim, cabe destacar que na abordagem socioambientalista há posições conflitantes: de um lado um modelo de preservação, que expulsa as populações tradicionais de suas terras e atribui ao ser humano um caráter essencialmente predador. De outro, a defesa da permanência desses grupos na terra, em especial nas áreas protegidas, pois atribui-se a eles a conservação da área que se tornou apta a ser uma Unidade de Conservação. Para essa segunda corrente, esses grupos manejaram o ambiente de forma branda, e sua permanência nessas áreas tem assegurado a manutenção da biodiversidade.

Há que se continuar debatendo a fragilidade da implantação das Áreas Naturais Protegidas com base em um modelo adotado nos EUA no século XIX, pois os socioambientalistas defendem que as populações tradicionais desenvolveram ao longo dos anos de sua existência em contato com a natureza grande conhecimento do mundo natural e criaram engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica (DIEGUES, 2000), fato este observado junto à população residente no parque.

---

Além disto, há poucos moradores no interior da unidade de conservação, situação esta confirmada por meio da Nota Técnica 002/2013 - PNCM/ICMBio de 24/06/2013 (ICMBIO, 2013), à qual relata que existem 132 habitações no interior do PNCM, nem todas habitadas, que a configuração espacial dessas moradias se dividem em núcleos populacionais em torno de 6 moradias, e estão bem distantes umas das outras.

Os moradores habitam um grande território, de 160 mil ha, de forma espalhada com pequenas aglomerações de casas, e muitas vezes existem casas isoladas com somente uma família, o que segundo o relato da equipe gestora do PNCM, dificulta ainda mais a mobilidade e o trabalho de implantação da UC.

Com base na análise dos dados apresentados, é possível denominar essa população como tradicional devido a sua ancestralidade no lugar e a continuidade de seu modo de vida, ou seja, a sua territorialidade. A forma como transformam os recursos disponíveis em meios de sobrevivência, que são transmitidos oralmente de geração para geração, é muito singular, identifica-os com o seu território, explicita a sua territorialidade, dá sentido ao seu viver e ao seu lugar.

Silveira e Lima Filho (2005) comentam que “[...] o objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida”. E os autores completam:

Por outro lado, se as referências culturais materiais de grupos étnicos, emigrantes e grupos urbanos não forem garantidas, de que serve apenas registrar modos e ofícios, se o background material (barro, terra, palha, aves, flores, madeiras, água) não for preservado? (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p.48).

Portanto, todo esse patrimônio cultural depende da manutenção da biodiversidade do Cerrado, como explicitado pelos entrevistados, seja para o preparo de seus alimentos, utilizando o pequi, bacuri, e tantas outras espécies, seja para a continuidade de sua forma de construir moradias com o uso das palmeiras, principalmente buriti, babaçu e piaçava. E atualmente, segundo o depoimento da maioria deles, já ocorre a falta de madeira para construção, outrora abundante.

Para tanto, é necessário que não só esse conhecimento seja transmitido, mas que, também, sejam realizados replantios de espécies da flora que são utilizados para esses fins. E o mais importante dessa questão é que a reprodução social está intimamente ligada à reprodução natural - uma relação que existe há muito tempo e que está em vias de se perder no tempo presente.

Neste sentido, existe a necessidade de promover políticas que valorizem esses saberes, e que as populações tradicionais que moram no interior do PNCM tenham assegurado o seu direito, por meio da formalização dos termos de compromisso, a permanecerem nesta unidade em suas terras ancestrais.

Conforme Arruda (1977) a discussão sobre a valorização dessas populações passa pela importância que esses conhecimentos, técnicas e mecanismos socioculturais que lhe são próprios e criam possibilidades para a sustentabilidade ambiental apontando caminhos mais adequados para a ocupação do espaço.

### **Considerações finais**

Este trabalho apresentou um recorte histórico da ocupação regional em tela, destaca a expansão da fronteira agrícola, fruto de um novo momento da acumulação capitalista no Brasil; esta última pretende a integração da região em questão a um sistema nacional e internacional de trocas de mercadorias e informações em uma perspectiva engendradora a partir do centro-sul do país e que se alastra em direção norte e nordeste, de forma homogeneizante, criando uma rede de fluxos materiais e imateriais.

Esta perspectiva coloca em cheque a territorialidade dos moradores da região, forjada a partir de intensa convivência com a paisagem. A situação de isolamento a qual essa população esteve submetida, alijada de políticas sociais e da incorporação de seu modo de vida à esfera nacional, possibilitou a permanência de um modo de vida tradicional que assegurou a conservação do bioma Cerrado.

Os resultados das entrevistas indicam uma mudança na forma de construção das casas tendo em vista a escassez de recursos naturais, como a fibra da piaçava, do buriti e do babaçu e a dificuldade em encontrar madeira de qualidade, entre outros. Outra questão recorrente é a dificuldade de manutenção dos telhados, o que exige rigor e



---

manejo específico no momento de extrair e trabalhar as fibras, utilizadas na construção, além da necessidade de reformá-los a cada cinco anos, o que, com a diminuição de pessoas que detém esse conhecimento, está desestimulando o uso desse tipo de construção. Assim, têm-se casas de alvenaria substituindo as de madeira, pau a pique ou palha. Ressalta-se, entretanto, que em um ambiente quente e úmido, como o do interior do Maranhão, essa escolha representa grande desconforto térmico, fato mencionado evidenciado por grande número de nossos entrevistados.

Outro ponto de destaque nesta pesquisa está ligado à transformação da área em Parque Nacional. Dessa forma, estas populações podem ser retiradas das terras que ocupam e direcionadas a outras áreas da região. Essa questão demanda novas reflexões acerca do modelo de Unidade de Conservação implantado no país e evidencia que é incompatível com a perspectiva sociedade-natureza. Assim, optou-se por apresentar a ligação existente entre os sertanejos com a terra. Neste sentido, retratou-se algumas especificidades ligadas ao uso da terra, ao desenvolvimento de técnicas de produção, à organização e significação do espaço em uma perspectiva de pertencimento àquele território e não ao contrário.

Dessa forma, espera-se ter contribuído para a apresentação deste universo tão rico e específico do território brasileiro e descortinado essa outra territorialidade, referendada por um sentimento de pertencimento e identidade. Outrossim, salienta-se que são inúmeros e valorosos os saberes dessas comunidades sertanejas, que merecem destaque e o respeito à sua cultura e modo de viver.

## **Notas**

---

<sup>1</sup> Neste trabalho utilizou-se o conceito de população tradicional apresentado por Diegues (2000), a saber: dependência e até simbiose com a Natureza; conhecimento dos ciclos naturais que reflete na forma de uso sustentável, sendo este aprendizado transmitido de geração em geração por via oral; ocupação do mesmo território por várias gerações, ainda que alguns membros individualmente possam ter se deslocado para os centros urbanos; valorização das atividades de subsistência; reduzido acúmulo de capital; importância dada à unidade familiar para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; importância das simbologias, mitos e rituais associados a caça, pesca e atividades extrativistas; tecnologia simples; auto-identificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, et.al., 2000, p. 35).

<sup>2</sup> Neste trabalho, optou-se por utilizar o termo regional Cerrado, sempre que se tratar das Formações Savânicas descritas pelo IBGE (2012).

<sup>3</sup> Segundo Matta e Matos (2007), as falhas transferentes truncam as falhas normais e se instalam nos momentos finais do processo de estiramento. Assim, as falhas T (transferentes) se instalam após o término das rotações das falhas normais e com a continuação do processo distensivo.

<sup>4</sup> “Os povos do Cerrado constituíram a sua territorialidade ocupando as veredas, as várzeas, enfim, as áreas ribeirinhas manejando o balanço das águas, uma flora e fauna extremamente ricas e, sobretudo nas encostas e chapadas, praticaram a caça e coleta conformando sistemas agroextrativistas criativamente adaptados às variações das paisagens” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 69).

<sup>5</sup> Depoimentos de Dona Adelaide, Dona Maria Helena, Sr. Clodomir, Dona Deusina, Sr. Cirilo Moura, Dona Rosemar, Sr. Giovane, coletados durante atividades de campo da pesquisa “As comunidades Sertanejas da área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas e a sua interação com o bioma cerrado: entre o cotidiano vivido e experienciado em suas dimensões sócio-culturais e ambientais no entorno do Parque Nacional da Chapada das Mesas”, realizadas no período de 2012 e 2013. Os relatos foram transcritos textualmente conforme a fala espontânea dos entrevistados.

<sup>6</sup> Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, 2000).

<sup>7</sup> *Eugenia dysenterica*

<sup>8</sup> *Mauritiella* sp

<sup>9</sup>BRASIL. Decreto nº 7.520, de 8/7/2011. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica: Manual de operacionalização para o período de 2011 a 2014.

<sup>10</sup> Linguagem metafórica – socar.

## Referências

ANDRADE, Maristela P.; SOUZA FILHO, Benedito (Org.). **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: Edufma, 2008.

ARRUDA, Rinaldo S.V. Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**, I, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba. 1997. p. 262-276.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto Radam. **Folha SA. 23 São Luís e parte da folha SA.24 Fortaleza: geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra (Levantamento de Recursos Naturais, 3)**. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000**. Decreto n 4340, de 22 de agosto de 2002. MMA/SBF – SNUC. 5 ed. aum. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 de out 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 de agosto de 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.520, de 8/7/2011**. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica: Manual de Operacionalização 2011 a 2014.

CABRAL, Maria do Socorro C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Maranhão. MA: SECMA, 1992.

CARVALHO, Carlota (Org.). **O sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. Notas de Adalberto Franklin. 3 ed. ver. e ampl. Imperatriz: Ética, 2006.

CESTE. Consórcio Estreito Energia Usina Hidrelétrica Estreito. 2009. <<http://www.uhe-estreiro.com.br>>. Acesso em 24 fev. 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DIEGUES, Antônio C. et al. (Org.) **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo; Brasília: NUPAUB – USP, PROBIO – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; CNPQ, 2000, p. 14.

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Embrapa/SPI, 2006.

GÓES, A.M. A Formação Poti (Carbonífero Superior) da Bacia do Parnaíba. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1995.

HAESBAERT, Rogério C., **Des-caminhos e perspectivas do território**, in RIBAS, D.A., et al.(org) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**, GETTER (Grupo de Estudos Territoriais) 2004.

IBGE. **Mapa exploratório de solos do Maranhão**. Escala 1.1.400.000. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Mapa técnico da vegetação brasileira**. 2 ed rev. e amp. IBGE: Rio de Janeiro, 2012.

ICMBio. **Nota técnica n 002/2013-PNCM** - De 24 de junho de 2013.

MARQUES, Ana R. Saberes geográficos integrados aos estudos territoriais sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sertão Carolina/MA. **Tese de Doutorado**, Unesp-Presidente Prudente, 2012.

MARTINS, G.; OLIVEIRA, D. C. ERNESTO, M.; BELLINI, G.; PICCIRILLO, E. M. Basaltos juro-cretácicos da porção setentrional da bacia do Parnaíba: aspectos geológicos, assinatura geoquímica e observações geodinâmicas preliminares. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 38. 1994, Balneário Camoriú. **Anais...** Balneário Camoriú: SC.

---

MATTA, M.; MATOS, F. **Geologia estrutural**: notas de aula - Graduação. Universidade Federal do Pará. Belém: UFP, 2007. <[http://www3.ufpa.br/larhima/Material\\_Didatico/Graduacao/Geologia\\_Estrutural/Capitulo\\_54\\_2007.pdf](http://www3.ufpa.br/larhima/Material_Didatico/Graduacao/Geologia_Estrutural/Capitulo_54_2007.pdf)>. Acesso em 24 fev 2014.

MORAES, Antonio C. R. de. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Rafael C.; LIMA, Leôncio P., **Utilização de SIG como ferramenta na gestão do Parque Nacional Chapada das Mesas (Carolina/MA)**. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 13. **Anais...** INPE, Florianópolis, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. (Org.) **Os Cerrados vistos por seus Povos: o agroextrativismo no cerrado**. Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado. Projeto Rede de Agroflorestadores no Cerrado - CEDAC, Goiânia, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton ; SILVEIRA, Maria Laura .**Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Augusto J. P.; LOPES, Ricardo da C.; VASCONCELOS, Antônio M.; BAHIA, Ruy B. V. Bacias sedimentares paleozóicas e meso-cenozóicas interiores. In: BIZZI, Luiz A.; SCHOBENHAUS, Carlos; VIDOTTI, Roberta M.; GONÇALVES, João H. (Org.) **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**: texto, mapas e sig. Brasília: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2003. 692 p. p. 55-85.

SILVEIRA, Flávio L.A; LIMA FILHO, Manuel F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “A alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.37-50, jan/jun 2005.

Recebido em 01/04/2014. Aceito para publicação em 25/07/2014.
--